



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 15 DE FEVEREIRO DE 1996

Senhor Ministro da Educação, Doutor Paulo Renato Souza; Professor Éfrem de Aguiar Maranhão, que é o Presidente do Conselho; Senhores Reitores, Senhoras Reitoras; Senhoras e Senhores;

Nestes últimos dias, eu tenho, em diversas oportunidades, me referido à questão da educação.

Essa preocupação é de todos nós, é do Brasil, e é minha até por formação, profissão e vocação. Mas acho que, independentemente de ser algo que toca diretamente a nós, eu a considero o desafio maior do Brasil para podermos entrar no próximo milênio em condições efetivas de sermos uma sociedade mais justa e moderna, não no sentido apenas dos *gadgets*, mas no sentido de sermos uma população capaz de decidir por conta própria, de se integrar à sociedade e de influir nas escolhas que a sociedade tem de fazer. E isso depende fundamentalmente da educação.

Tenho dito e vou apenas repetir que nós seguimos, no Brasil, um caminho que foi o tradicional – ao contrário de alguns países da Ásia que dedicaram um esforço enorme, não só dinheiro, mais que dinhei-

ro, um esforço mesmo à questão da educação –, porque nós aqui, assim como concentramos a renda, concentramos o saber. Aqui há gente muita sabida, mas há uma massa imensa de pessoas que não dispõem dos instrumentos mais elementares que sequer as capacitem a receber a informação.

Então, essa deformação tem que ser corrigida. E nós estamos vivendo um momento de correção das deformações no Brasil, estamos vivendo um momento em que as reformas se impõem. E essas reformas não podem ser sentidas senão em termos positivos: é reformar para melhorar.

Fico muito assustado – e ainda ontem tive a oportunidade de falar disso para um conjunto importante de dirigentes sindicais – quando as pessoas se organizam para impedir reformas e pensam que são progressistas. Mas, meu Deus, que mundo é esse!

Quem realmente quer o progresso e o bem-estar da população tem que se empenhar pelas reformas. Pode corrigi-las, não estar de acordo com esse ou com aquele ponto, mas não pode estar de acordo com a ordem que existe aí, porque a ordem que existe aí é essa, de concentrar: concentrar o saber, concentrar a riqueza, concentrar as oportunidades. Temos de criar uma ordem que permita efetivamente, e não só na palavra, uma democratização. Essas são as reformas que vamos ter que enfrentar e que no meu Governo enfrentarei de toda maneira, porque tenho um compromisso, fui eleito dizendo ao País que faria algumas reformas. Eu disse o que faria, e vou fazer, porque fui eleito para isso. Como disse ontem, claro que há obstáculos, mas, se não houvesse obstáculos, não haveria política. Também há algo que gosto de repetir: a política não é a arte do possível, não; é a arte de tornar possível o necessário.

Chegou a hora de fazermos algumas reformas com coragem, e na educação também.

É claro, aqui nós estamos com reitores, que são pessoas dedicadas ao ensino superior, que é o meu caso também, aliás, o de nós todos aqui, não é? Também todos nós sabemos que a possibilidade de termos uma boa universidade depende de sermos capazes de ter um bom curso básico, um bom curso secundário. Fora disso são ilhas de excelência, e

as ilhas de excelência do mundo de hoje se internacionalizam. Nada há a criticar nisso. Levei uma parte da minha vida fora do Brasil e outra parte vivendo aqui, mas em correspondência com núcleos lá de fora, porque não tinha suporte, nem se tem – e é normal que assim seja –, somente interno. Você tem que ter uma estruturação mais ampla. É normal que assim seja. Mas não pode ser uma rede que fique num Olimpo de maravilhas e depois olhe para baixo e não tenha nada em volta: tem ignorância. Não pode.

Quer dizer, a universidade não finca o pé no solo, realmente, do povo, se ela não está sendo o produto de um esforço mais geral, que começa pelo ensino básico.

Então, o nosso empenho vai ser muito grande, e eu queria concitá-los a participar desse empenho também.

Hoje, no ensino básico, não é tanto a quantidade, é a qualidade que nós temos que mudar. Já há escolas suficientes para as crianças em idade de atendimento escolar, embora numa ou noutra região talvez isso não seja verdade, porque a distribuição não é tão perfeita assim nas escolas. Mas há vagas. De que adianta? A criança entra lá, repete; no outro ano, repete; depois, abandona; depois, volta; depois, repete; leva nove anos para terminar os quatro anos do primeiro ciclo básico. Isso não motiva ninguém, não qualifica ninguém. Nós temos que melhorar a qualidade, e isso passa pelo treinamento do professor. E passa, naturalmente, pela melhoria, também, do salário do professor. As coisas vão juntas, não são separadas. Mas não passa só por um, não é só salário em vez de melhoria da qualidade; não é só qualidade vista como treinamento, sem salário. Tem que ser um conjunto de medidas que leva tempo, que implica o esforço conjunto dos governos municipais, estaduais e federal, com os quais a universidade tem algo a contribuir.

Cada universidade podia adotar uma ou mais escolas da sua região, de curso básico, podia treinar melhor os professores. Quando eu era assistente na USP, havia a prática de os professores do segundo ciclo fazerem, no tempo das férias, um curso de reciclagem na universidade, curso esse que contava pontos para sua promoção. Aí havia certos resultados razoáveis, porque era um aprimoramento.

Não estou propondo isso, porque não sou educador. Vocês é que sabem. Os que entendem é que devem dizer quais são os mecanismos adequados. Mas, se as universidades realmente se preocuparem, se tomarem uma escola primária para transformá-la em escola mais eficiente, uma, duas, três, quantas possam, acho que já seria um exemplo de como as empresas devem fazer isso, de como as repartições públicas devem fazer isso.

Tenho dito que descobri que aqui neste Palácio funciona uma escola, uns funcionários treinando os outros. Talvez até mais de uma – não é? –, o que é uma coisa positiva. É preciso que haja um esforço de mobilização nacional.

Agora, isso que eu disse para o curso primário vale com mais forte razão na nossa preocupação com o curso superior. Aí nós temos também que melhorar a qualidade do ensino. Isso é fundamental. Precisamos dar de novo ênfase aos aspectos qualitativos. Nunca me conformei muito, como professor, com a falta de exigências de desempenho. Acho que nós temos que ser mais exigentes conosco, com o nosso desempenho. As promoções devem ser ligadas ao desempenho efetivo da pesquisa, da tese. Salário talvez não. Não é a mesma coisa. As pessoas, às vezes, precisam ter salário independentemente da sua capacitação. Mas não podem ter funções de responsabilidade independentemente da capacitação.

Nunca concordei muito com a ligação direta entre o salário e a capacitação, porque isso dá uma certa distorção também.

Também não concordei muito – sei que não é popular dizer isso – que a gente ganhe mais depois de velho, que é o que acontece, pelo menos comigo e conosco em geral, como professores, não é? O assistente que entra lá auxiliar de ensino tem uma remuneração insuficiente. Depois, quando já não tem mais filho para criar, já não tem mais nada, aí é professor, não sei como se chama hoje, titular, emérito, tudo isso; e tem salário para cá, salário para lá. Está bom, ninguém é contra, mas melhor seria que isso fosse distribuído de maneira que incentivasse mais na idade em que as pessoas precisam de mais recursos.

Precisar de mais recursos não quer dizer que tenha mais saber. Mais saber, em tese, tem o mais velho – em tese, se o mais velho tiver feito o

percurso. Mas tem que ter exigência para promoção. Nunca entendi não ter exigências efetivas de que foi avaliado, avaliado porque fez tese, porque publicou, porque o outro criticou.

Acho que devíamos – sem que eu queira falar muito sobre esta matéria, porque escapa a mim – dar mais atenção aos critérios de avaliação.

A Capes tem funcionado razoavelmente para os cursos de pós-graduação. Ela qualifica. Por que não fazer a mesma coisa, em geral, com os cursos superiores? Por que não criarmos um sistema externo de avaliação?

Dirigi um centro de pesquisa em São Paulo depois que tive de sair da Universidade de São Paulo, não propriamente porque quisesse. Esse centro de pesquisa tinha financiamento externo. E nós levamos um susto muito grande uma vez que uma das instituições, não sei se sueca, americana ou canadense, disse: “Bom, para continuarmos a dar o apoio, precisamos de uma avaliação.” E eles sugeriram o nome de alguns professores que nem eram brasileiros.

No começo, todo o mundo reage: “Meu Deus do céu, vamos aqui abrir nosso saber e nossas fraquezas, talvez, para alguém que vem de fora?” Depois isso se torna rotina. A pessoa vem, analisa, discute, faz o relatório, diz com franqueza o que está pensando, qual é a falha, o que que é bom. Isso ajuda a gente a se reorganizar.

Então, acho que devíamos marchar para sistemas de avaliação, como faz a Capes, que qualifica. A qualificação não é eterna. As pessoas mudam, melhoram ou pioram, têm uma classificação, porque isso eu acho que emula, ajuda muito.

Agora, isso, em geral, com o ensino superior. Quanto às universidades federais, das quais já recebi aqui as reivindicações, conheço algumas, acho que temos aí um conceito que é o da autonomia da universidade. Fui o autor ou um dos autores desse artigo da Constituição, que, aliás, foi posto lá na Comissão de Redação Final, porque na etapa final da Constituição nós descobrimos que tínhamos constitucionalizado muita coisa, menos a universidade. E aí fizemos um acordo de liderança: creio que foi o Senador Passarinho, a Deputada Sandra Cavalcanti, eu e mais dois ou três que ajeitamos uma redação, que é a que está lá na Constituição.

Autonomia é coisa muito séria e necessária, tanto a autonomia didática como a autonomia administrativa e a autonomia financeira. Acho que temos que fazer valer esse estatuto constitucional e também ter uma legislação adequada, definir como é que se exerce essa autonomia. Mas tem que haver autonomia, a universidade tem que ter autonomia. Essa autonomia há de implicar, no meu modo de entender, a responsabilidade com o gasto. Não há por que o Ministério esteja, a toda hora, dizendo: “Isso pode, aquilo não pode.” Não, eu não penso assim. Acho que a universidade deve estar qualificada por critérios de X, Y, para receber um aporte do Governo Federal, e ela decide. Quer aumentar o salário, dentro daquele aporte? Aumenta. Ou quer aumentar pesquisa, ou quer comprar não sei o quê, ou quer arranjar mais recursos de fora? Tudo bem.

O que não pode haver é ingerência a toda hora, a meu ver, tópica, do Ministério da Educação, sobre a vida da universidade, muito menos sobre a vida intelectual da universidade; nem pode haver o oposto, ou seja, a universidade decide e quem paga a conta é o Tesouro. Aí também não dá, porque, na verdade, quem paga é o povo, porque “Tesouro” é o apelido do povo, que é quem contribui. Então, tem que haver um equilíbrio nisso.

Até vi hoje, na *Folha*, uma coisa que me preocupou, uma matéria sobre abusos – não é só na universidade –, abusos que há em toda administração pública, pela falta de o próprio Governo ter se equipado para poder realmente se defender. Mas alguns são escandalosos, ultrapassam o limite de qualquer coisa que possa ser aceita numa sociedade democrática. Porque o povo lê aqui e diz: “Ah, meu Deus do céu, meu dinheiro!” E nós, que somos professores, temos que ser os primeiros a reagir contra isso, e tenho certeza que reagimos. Pode haver fato isolado, aqui e ali, mas, no conjunto, nós não somos isso, não somos um grupo de sacripantas que estamos aí a engordar com o recurso público; pelo contrário, se há uma classe dedicada, normalmente, é a classe dos professores, desde o primário até o ensino superior. Mas, por isso mesmo, como nós temos moral para dizer essas coisas, precisamos definir melhor qual é a nossa responsabilidade e atuar em consequência.

Termino agradecendo ao Professor Êfrem de Aguiar Maranhão, novo Presidente do Conselho; aos senhores e às senhoras que aqui

estão; ao Ministro Paulo Renato. E afirmo que, dentro dos limites do meu tempo, que é um tempo escasso, o que eu puder fazer, especialmente agora, quando quero realmente colocar ênfase na questão da educação; o que eu puder fazer para que nós, em conjunto, possamos ajudar o Brasil a redefinir o seu rumo na educação, desde a escola primária até o ensino superior, a ciência e a pesquisa, eu farei. Isso diz respeito a recursos, mas diz respeito a muito mais que recursos, que é o empenho. Acho que recurso é muito importante, mas não é tudo; se a gente não tiver a chama...

Não estou propondo que se troque tudo pelo sacerdócio, o que seria farisaico. Mas, se não tiver vontade, realmente, e não se acreditar no que se está fazendo, não adianta o recurso. Sem recurso não se faz nada, só com ele também não: precisamos juntar o recurso à vontade de fazer. O que eu puder ajudar, em termos de vontade de fazer, o Paulo Renato juntará em recursos, e nós faremos juntos.

Muito obrigado.